

DORA  
KRAMER

E-mail: dora.kramer@estadao.com Twitter: @DoraKramer



## Muro de arrimo

Celebrado como a melhor e mais acertada indicação da presidente Dilma Rousseff ao Supremo Tribunal Federal, o advogado Luís Roberto Barroso saiu-se conforme a encomenda na sabatina de ontem no Senado. Talvez até melhor, pelo traço de humor e clareza em personalidade de formação marcadamente humanista.

Já o Senado de novo não esteve à altura da missão. Desta vez não pecou pelo excesso de bajulação nem por carência de preparo para questionar o saber jurídico do indicado, até porque tal juízo não estaria mesmo ao alcance dos senadores.

Reiterou sua fragilidade como Poder ao transferir para o novo ministro do STF indagações a que nem o Congresso consegue responder e que caberia a ele resolver.

Com elegância, Barroso foi ao ponto na questão do “ativismo judiciário” com insistência abordada pelos senadores, quando disse que cabe ao Parlamento decidir se deixará nas mãos do Judiciário o controle do processo legislativo ou se fará ele mesmo essa baliza a partir das prerrogativas que lhe dá a Constituição.

Falava especificamente sobre a tramitação de medidas provisórias, um dos vários temas transformados em

questionamentos que deveriam ser feitos (e solucionados) não a um novo integrante da Corte vista como intervencionista pelo Congresso, mas aos próprios parlamentares.

## Senado faz indagações a Barroso que o Congresso não consegue responder

Pareceu muito mais que os senadores queriam sentir o pulso do indicado sobre esse ou aquele assunto e, nele, de alguma forma, buscar orientação. Falaram de reforma política, reforma tributária, poder de investigação do

Ministério Público, formato das sabinas aos indicados ao STF, matérias atinentes primordialmente à avaliação ou à iniciativa do Congresso.

Não seria ali – como de resto não foi – que surgiria a solução. Com habilidade, Luís Roberto Barroso evitou apontar de maneira contundente a evidência. Mas o fez ao apontar que o Judiciário não deve interferir na política, mas não pode deixar de atuar quando há ausência de norma e em jogo está um direito a ser protegido. Ou “tutelado”, na linguagem jurídica.

Aos bons entendedores, tais palavras deveriam bastar. Para compreender que a expansão do Judiciário ocorre tão somente no vácuo do encolhimento do Legislativo que ontem, mais uma vez, exibiu provas de que não consegue ser dono do próprio nariz.

**Pró-réu.** Luís Roberto Barroso evitou se aprofundar no tema, dizendo que não estudou “deliberadamente” os casos dos réus que teriam direito à revisão de pena caso o Supremo reconheça a validade dos embargos infringentes e julgue os recursos dos que tiveram ao menos quatro votos pela absolvição.

Mas fez reparos ao modo como o tribunal examinou a teoria do domínio do fato e considerou o julgamento do mensalão como “um ponto fora da curva”.

Concorda, portanto, com os que apontam comportamento “de exceção” por parte do tribunal e discorda de que José Dirceu pudesse ser apontado como chefe de quadrilha por ter, no esquema de desvios, o domínio do fato.

**Chumbo trocado.** A fim de exibir traço de incoerência e talvez constranger o pré-candidato do PT ao governo do Rio de Janeiro a desistir, o PMDB divulgou declaração antiga de Lindbergh Farias em apoio a Luiz Fernando Pezão, vice-governador e candidato a titular do posto em 2014.

Vídeo por vídeo, há na internet um em que o governador Sérgio Cabral Filho, há sete anos, fala mal do então presidente Lula e derrama-se em elogios ao ex-governador, ex-amigo e hoje deputado e inimigo Anthony Garotinho, saudado como “uma maravilha para o Rio”.

## Comissão veta dupla função e Afif reage

Após maioria apontar ‘inconveniência’ e ‘impossibilidade’ em acúmulo de cargos, vice-governador e ministro ataca colegiado criado por Alckmin

Fernando Gallo

A maioria dos integrantes da Comissão de Ética do Estado de São Paulo opinou ontem pela “impossibilidade” e pela “inconveniência” do acúmulo de cargos de Guilherme Afif Domingos (PSD), vice-governador e ministro da Secretaria da Micro e Pequena Empresa. Em resposta, Afif afirmou que a comissão, criada pelo governador Geraldo Alckmin (PSDB) em 2011, “não tem competência” para julgá-lo e que trabalha “para o Brasil e não para a conveniência de uns poucos”.

O relator do caso na comissão, Eduardo Muylaert, avaliou em seu parecer que “não só do ponto de vista jurídico, mas especialmente do ponto de vista da ética pública, a acumulação de funções de vice-governador de um Estado da federação com a de ministro de Estado é indevida e altamente inconveniente”. Ele votou pelo encaminhamento do caso à Assembleia Legislativa para o “juízo político-institucional” e “eventuais providências em relação ao caso concreto” – o Legislativo avalia se declara a perda do mandato do vice-governador.

Afif reagiu com veemência, e disse que a comissão, “como órgão subordinado ao governador (...), não tem competência para julgar o governador ou o vice”. “O máximo que disseram é que seria ‘inconveniente’. Inconveniente para quem? Para um partido político ou para o Brasil? Trabalho para o Brasil e não para a conveniência de uns poucos”, afirmou, em nota, em uma crítica velada ao PSDB.

**Comissão.** Os ataques de Afif atingem uma comissão criada pelo próprio Alckmin, em 2011, para disciplinar a ética na administração pública estadual. Governador e vice têm se afastado desde a criação do PSD, movimento que se intensificou após a sigla se aproximar do governo Dilma Rousseff e conquistar um ministério.

No âmbito federal, Afif dispõe de um parecer da Advocacia-Geral da União (AGU) favo-



Inauguração. Alckmin ontem, em Santos: ele disse não se incomodar em ceder o comando do Estado a Afif

## Alckmin avisa equipe que vai a Paris e deixará cargo vago

● O governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), confirmou ontem à noite a auxiliares, diretos que viajará a Paris no domingo, para apresentar a candidatura da capital para ser sede da Expo 2020. O evento será na quarta-feira e o governador deve

rável ao acúmulo de cargos. O vice-governador e ministro é, contudo, alvo também da Comissão de Ética da Presidência da República, que avaliará a dupla função de Afif em reunião no próximo dia 20.

A comissão de ética paulista, que não tem caráter punitivo,

estar de volta na quinta. Durante o dia, em evento público, Alckmin disse não ter decisão sobre a viagem. “Ainda temos coisas a resolver”, afirmou à tarde.

A ausência do governador por três dias abre espaço para o vice-governador e ministro da Secretaria da Micro e Pequena Empresa, Guilherme Afif Domingos (PSD), assumir temporariamente o governo. Para isso, ele terá de pedir licença do ministério. Questionado se havia algum

mas consultivo, foi provocada por um advogado de São Paulo, Maurício Januzzi, que diz ter apresentado “como cidadão e eleitor” na comissão por avaliar ter havido “violação ética” no acúmulo de funções.

Outros dois integrantes da comissão acompanharam Muylaert, formando uma maioria de três dos cinco membros. O caso só não foi finalizado porque outro integrante, Kazuo Watanabe, pediu vista do processo. A questão deve ser concluída em reunião no dia 20. Na ocasião, os componentes também avaliarão proposta que deve ser

incômodo em ceder a cadeira a Afif, Alckmin respondeu: “Nenhum”. O governador falou com os jornalistas durante evento em comemoração ao Dia Mundial do Meio Ambiente.

Na ocasião, liberou R\$ 60 milhões para o programa Crédito Ambiente Paulista (CAP), que prevê ações de estímulo à conservação e preservação do meio ambiente e defesa do desenvolvimento sustentável. / F.G. e GUILHERME WALTEMBERG

laert, formando uma maioria de três dos cinco membros. O caso só não foi finalizado porque outro integrante, Kazuo Watanabe, pediu vista do processo. A questão deve ser concluída em reunião no dia 20. Na ocasião, os componentes também avaliarão proposta que deve ser

apresentada pelo conselheiro José Geraldo Brito Filomeno, de que o acúmulo de funções de Afif seja encaminhado também ao Ministério Público.

**Parecer.** No relatório apresentado ontem, Muylaert coloca em choque os entendimentos do Estado e da União, ao criticar o parecer da AGU favorável a Afif. Ao sugerir que, tendo em vista o princípio da autonomia das esferas federativas, o vice-governador poderia acumular o cargo de secretário estadual, mas não o de ministro, o relator afirmou que “as próprias limitações sugeridas no parecer da AGU mostram o contrassenso de solução contrária”.

“Para não ferir a Constituição, e não perder seu mandato, o vice-governador, eleito pelo povo, teria de vir ao seu Estado a cada 15 dias. Será esse o espírito da norma constitucional, ou

seria mais lógico pensar que o Constituinte quis fixar o governador e o vice no seu Estado, abrindo uma exceção para esporádicas viagens de até 15 dias?”, escreveu Muylaert.

O relator também inverteu a lógica da dupla função para sustentar sua tese. “Não se poderia cogitar de um vice-presidente que saísse da órbita federal para exercer cargo de secretário de Estado. Da mesma forma, não se pode admitir que um vice-governador assumira cargo de ministro de Estado sem abandonar a órbita estadual.”



JOSE PATRICIO/ESTADÃO

“Inconveniente para quem? Trabalho para o Brasil, não para a conveniência de uns poucos”

Guilherme Afif Domingos, vice-governador paulista e ministro da Micro e Pequena Empresa

hp  
acesse  
www.kalunga.com  
+100 lojas  
VENDAS PARA EMPRESAS GRANDE SÃO PAULO 11 3347-7000 OUTRAS LOCALIDADES 0800-0195566

## Para Lembo, tucano devia impedir a polêmica

O ex-governador de São Paulo Cláudio Lembo (PSD) criticou ontem o governador Geraldo Alckmin (PSDB) por não inter-

evolutik www.evolutik.com.br SAC 11 2091-2610 móveis criativos

ferir no debate que a Assembleia Legislativa faz sobre a possível perda de mandato do vice-governador Guilherme Afif Domingos (PSD), seu colega de partido. Lembo foi vice de Alckmin na gestão 2003-2006, e assumiu o governo em março de 2006 quando o tucano deixou o

cargo para se candidatar à Presidência da República. À época ele estava no DEM, do qual saiu depois, migrando para o PSD, onde estão Afif e o ex-prefeito de São Paulo Gilberto Kassab.

“Ele (Alckmin) devia solicitar à bancada dele que analisasse essa questão com uma visão glo-

bal, e não com uma visão absolutamente provinciana. A Assembleia Legislativa tem um líder dogovernador e ele tem influência na casa. Alckmin devia estar orgulhoso de ver um quadro dele chamado para Brasília”, afirmou Lembo ao Estado. Para ele, a questão devia ser

encerrada pelo governo estadual. “O governador tem que se preocupar com assuntos mais sérios, e não criar esse falso dilema que não existe.”

O ex-governador avaliou que a discussão sobre a dupla função de Afif “não tem importância alguma” e “é falta do que fazer”. “Além do mais, não é problema do PSDB, é da comunidade, e ela está muito satisfeita com Afif no ministério”. / F.G.